

Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: síntese e perspectiva

BIBLIOTECA
Biblioteca de Ciências
Humanas e Educação
da UFPr.

Antonio Miranda

Aldo de Albuquerque Barreto

1 INTRODUÇÃO

A pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil está completando 30 anos de atividades e merece um balanço de suas realizações e limitações, tarefa que estará sendo realizada durante o IV ENANCIB.

Ao completar 25 anos da referida atividade no IBICT, a revista *Ciência da Informação* publicou uma edição especial, com um conjunto valioso de trabalhos, com abordagens variadas, para celebrar o acontecimento. Os textos de John Eyre, Ana da Soledade Vieira, Heloisa Tardim Christovão, dentre outros, refletem a experiência institucional, seguida de trabalhos que tratam da interdisciplinariedade e objeto de estudo da nossa ciência, com excelentes análises de Tefko Saracevic, Lena Vania Ribeiro Pinheiro e José Mauro Matheus Loureiro, Vania Maria Rodrigues Hermes de Araujo e Maria Nélida González de Gomes.

No início, o paradigma da Ciência da Informação dos anos 50 compreendia a noção do processo que envolve o movimento da informação em um sistema de comunicação humana. "Este paradigma evidencia particularmente o fluxo da informação que ocorre no sistema onde objetos de representação do conhecimento (documentos) são buscados e recuperados em resposta à pergunta iniciada pelo usuário. Isso pressupõe grande extensão de assuntos específicos envolvendo processos também específicos – por exemplo – a criação e crescimento do volume de documentos na sociedade, a organização e recuperação desses documentos e/ou da sua representação e também seu uso" (Oliveira, 1998, p. 36).

Tivemos também uma fase de estudos e experimentação com a bibliometria na primeira etapa do IBICT (1970-1984), onde atuaram professores estrangeiros notáveis como Frederic W. Lancaster, Tefko Saracevic e Ingetrout Dahlberg e outros que

orientaram dissertações. Gilda Maria Braga, Laura Maia de Figueiredo, Paulo da Terra Caldeira, C.S. A. Aguiari, Tânia Mara Guedes Botelho, M. T. Andrade e outros multiplicaram a experiência e formaram uma geração de especialistas em bibliometria entre nós que continua dando uma contribuição à nossa investigação científica. Em estudo sobre a referida etapa – que continua inspirando outros estudos, Uzbizagástegui Alvarado (1984) localizou 78 trabalhos produzidos até 1983, sendo que 39 (50%) correspondem a aplicação da Lei de Bradford; 9 (10,3%); 11 (14%) a estudos de produtividade (Lei de Lotka); 8 (10,3%) as análises de citações e 6 (7,7%) as aplicações da Lei de Zipf e que em anos seguintes houve a continuação nas aplicações da Lei de Goffman, Frente de Pesquisa e Obsolescência e, acrescentaríamos ao elenco, derivado das mesmas preocupações, os Colégios Invisíveis.

Também influiu sobremaneira na diversificação dos temas e métodos de pesquisa entre nós, a formação de quadros pós-graduados, em níveis de especialização, mestrado e doutorado, no Exterior, a partir da década de 50, com um significativo número de bolsistas na Inglaterra e Estados Unidos da América, nas décadas de 70 e 80, e nos anos recentes, em quantidade menor (por causa da oferta crescente dos mesmos cursos no Brasil) nestes mesmos países mas também na Espanha e na França, na década de 90.

Como bem pontuou Saracevic (1998, p. 36), a Ciência da Informação é interdisciplinar por natureza, está inexoravelmente associada com a tecnologia da informação e, como outras áreas do conhecimento, é uma atividade participante da evolução da sociedade da informação. E amplia: “a explosão da informação” é um problema social que teve início na ciência e agora espalhou-se para toda e qualquer empreendimento humano” (Saracevic, 1998, p. 36) como querendo explicar o alargamento das fronteiras temáticas e metodológicas que estamos presenciando no campo da pesquisa em ciência da informação no limiar do século 21.

Um questão recorrente na literatura tem sido a busca da identidade, tentando estabelecer um núcleo de áreas de pesquisas em ciência da informação que delimitasse as fronteiras com outras disciplinas (Ingwersen, 1992). Conforme observa Oliveira (1998, p. 30):

“A busca da identidade levou a área a várias tentativas de fundir-se teoricamente com outros campos, de forma a ocupar posição científica. Ingwersen (1992) aponta duas tendências mais visíveis: uma vertical se movendo em direção à comunicação e uma tentativa horizontal para juntar-se com a ciência da computação”.

E pondera: “as carências técnicas da área podem ser parcialmente resolvidas pela interdisciplinaridade, entretanto, é preciso um domínio da área de pesquisa para poder julgar a conveniência do “empréstimo teórico” (...)” (Oliveira, 1998, p. 144).

Vale lembrar que o surgimento da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil foi criticada por não ter sido feita uma definição prévia do conceito. É de grande valia a revisão sobre o assunto feita por Pinheiro & Loureiro (1998) quanto aos “Traçados e limites da Ciência da Informação” que dá uma posição clara sobre as versões e revisões conceituais, tarefa que deveremos retomar constantemente por causa da dinâmica mesma da atividade.

2 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

É costume atrelar-se o desenvolvimento da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil ao advento da pós-graduação, o que é correto, mas um outro fator igualmente decisivo deve ser considerado – a implantação dos grandes sistemas de informação no Brasil dos anos 50 aos anos 80. A criação do IBBB, da BIREME, das tentativas pela implantação de um sistema de informação agrícola e outro para as engenharias, a organização do COMUT, etc foram decisivos para o processo na medida em que criaram um ambiente adequado para a problematização das questões que motivaram as pesquisas e criaram a demanda para a formação de uma massa crítica. A pós-graduação, portanto, não pode ser vista apenas como causa mas também como efeito dessa ação organizacional no cenário dos sistemas de informação no referido período. Basta ver a temática de muitas dissertações que refletem tais demandas. Mas é justo também entender que a academia é responsável pela absorção de muitos dos melhores quadros que ela mesma forma, criando uma pauta de pesquisa mais distante das orientações do mercado, situação que hoje parece mais significativa do que nas décadas passadas embora existam sinais evidentes de mudança, como veremos ao tratar da emergência de cursos de mestrado profissional (anunciados, mas ainda não iniciados) e de programas de pós-graduação desenhados para públicos externos específicos, sobretudo nas temáticas do empreendedorismo, da inteligência competitiva e outras de interesse majoritário da iniciativa privada. No entanto, ainda não existem estudos percutientes que demonstrem tais mudanças na prática investigativa.

2.1 A PESQUISA FINANCIADA PELO CNPq

O estudo mais completo realizado até hoje sobre o estado da investigação

científica na área foi empreendido por Marlene de Oliveira e defendido como tese na Universidade de Brasília, em 1998 embora circunscrito à análise da pesquisa financiada pelo CNPq, no período de 1984 a 1993. Ela pretendia também identificar as instituições de pesquisas que atuam na área; identificar o perfil dos pesquisadores, assim também os temas mais estudados ao longo do período, os tipos de investigação empreendidos e as principais abordagens metodológicas.

A grande vantagem da pesquisadora estava, além de sua capacidade de análise dos dados levantados, na condição de funcionária do órgão financiador das pesquisas, o que além de facilitar sobremaneira a obtenção das informações pretendidas deu-lhe a experiência no trato com as instituições e seus especialistas ao longo de um período de vida. Uma vivência certamente reveladora da natureza e essência do processo não só administrativo da ciência entre nós como suas particularidades e comportamentos. A desvantagem, se podemos assim entender, é que ela focalizou o estudo exclusivamente nas pesquisas financiadas pelo órgão público responsável pela política de fomento à pesquisa no país – o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, deixando de lado outras fontes que, mesmo em menor escala, também financiam a pesquisa – como é o caso da FAPESP – e a produção acadêmica dos cursos de pós-graduação, que constituem a maioria.

É importante frisar que ela não fez um estudo isolado. Ao contrário, partiu da visão institucional da política científica do país e também das definições próprias da área, sobretudo a partir da Avaliação e Perspectiva de 1978, encomendada aos especialistas pelo CNPq que entendeu ciência da informação como “o campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objetivo o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber” (Oliveira, p. 25). Uma definição muito laxa mas apropriada para os efeitos da administração da pesquisa na área embora um tanto difuso ao ponto de confundir-se com outras disciplinas afins, como é o caso da Cientometria. A definição, digamos, funcional do CNPq considera a ciência da informação “como uma área onde estão abrigadas subáreas como a biblioteconomia e arquivologia, disciplinas voltadas para aplicação de técnicas, o que não quer dizer, como afirma o documento, que no âmbito dessas disciplinas não se realizem pesquisas ou se produzam novos conhecimentos”.

Sobre este particular, caberia mencionar que à época, ainda existiam vários mestrados em Biblioteconomia no Brasil que, aos poucos foram mudando sua denominação para Ciência da Informação, tendência que parece irreversível, cujas consequências ainda não foram plenamente justificadas nem devidamente

estabelecidas em termos de ajustes metodológicos, de conteúdos problemáticos e de linhas mais específicas de pesquisas.

No citado período (1984-1993) foram financiados 152 projetos em que a UFRJ/IBICT (com 16 projetos), a UnB (com 13), UFMG (com 11), a UFRGS (com 11) e a PUCCAMP e a UFPB, com 10 projetos cada uma, constituíam as instituições mais ativas no processo de pesquisa. O caso da UFRGS era excepcional porque àquela época não existia em Porto Alegre nenhum programa de pós-graduação *strictu sensu* mas havia uma atividade investigativa muito expressiva no seu sistema de bibliotecas. No entanto, os 152 estudos quase sempre orientavam-se para a solução de problemas relacionados com a complementação de acervos, organização de serviços, elaboração de produtos, estudos de avaliação, estudos reflexivos ou teóricos mas nem sempre com as formulações metodológicas próprias de uma atividade essencialmente científica embora, a partir de 1990, tais projetos passaram a obedecer tais requerimentos formais de uma pesquisa científica, apesar de ainda recentemente, em 2000 a Capes indicar no documento da área, de sua avaliação continuada: “.....a produção científica da área é pequena e raramente visando a generalização ou a teorização. Os “estudos de caso” são numerosos e certamente úteis, mas os estudos de síntese são mais raros; a área expõe assim sua tendência à horizontalidade, expandindo-se numericamente mas raramente consolidando-se através de estudos verticais. O Diretório dos Grupos de pesquisa do CNPq de 1997 indica para a Ciência da Informação 41 Grupos de Pesquisa, com 98 linhas de pesquisa e 198 pesquisadores. O mesmo diretório para 2000 mostra 62 Grupos de pesquisa (aumento de 50 %) 105 linhas de pesquisa e 270 pesquisadores. Certamente existem muitas linhas de pesquisas para o número de pesquisadores, entre 2/3 por linha, o que parece confirmar as observações feitas acima (270 – previsão).

A análise feita pelos especialistas convidados apontou os temas “estudos de transferências de informação”, “estudos de usuários”, linguagens documentárias e “formação profissional” dentre os mais recorrentes pelos mestrados da época e o instrumentos por excelência de tais estudos eram os questionários e as entrevistas. Já os demais estudos realizados por iniciativa do CNPq (1982 e 1984) fazem mais referência às necessidades de recursos humanos e de outras condições infra-estruturais para a realização de pesquisa sem entrar em questões quanto a conteúdos, temas, metodologias, etc. salvo algumas referências mais genéricas sobre a necessidade de desenvolvermos metodologias mais “adequadas” às condições do país, voltadas para a solução dos problemas das bibliotecas e dos sistemas de informação e ao desenvolvimento de linguagens de indexação mais próprias à língua portuguesa, aos tipos de usuários e à emergência do processo de automatização dos serviços documentários.

O tipo de pesquisa predominante no período, vale dizer, nos projetos financiados pelo CNPq (já que existiam outros projetos paralelos nas atividades acadêmicas das universidades) foi a pesquisa empírica, com 98 % do total, enquanto que a conceitual ou teórica foi de apenas 2 % do total. Seria o caso de dizer-se que essa tendência correspondeu a um "jeitinho" bem brasileiro que, para patrocinar projetos de desenvolvimento de coleções e de serviços em bibliotecas ligadas aos cursos de pós-graduação, eles foram "camuflados" como pesquisa em vez de serem classificados como ajudas diretas, o que não permitiam as linhas orçamentárias existentes... A partir da década de 80, o financiamento de pesquisas passa a ser um privilégio exclusivo de doutores e em 1990 decidiu-se pela exigência de projetos de pesquisas propriamente ditos.

Uma outra questão interessante de analisar foi levantada por Mueller (1997, p. 5) que é a do procedimento da escolha e aprovação dos projetos de pesquisa. Segunda a autora, "quando dizemos que o CNPq julgou estamos dizendo na verdade que a nossa comunidade, ou melhor, membros de nossa comunidade, muitas vezes, mas nem sempre, indicados por nós mesmos, julgaram". Refere-se ao fato de que as decisões quanto à aprovação ou rejeição de novos projetos repousarem num processo muito democrático, que é delegado aos representantes das diversas áreas. Na prática, é possível apontar também políticas chamadas de balcão, que se impõem no processo seletivo além das indefectíveis tendências ao apadrinhamento e ao favoritismo que são possíveis nessas escolhas, num marco de competitividades institucionais e regionais, comuns a muitas áreas do conhecimento na luta pelas verbas existentes. É notório que a área da ciência da informação é muito pequena em número de projetos aprovados e que o número de candidatos sempre foi reduzido, o que minimiza muito esse risco, mas em tese ele é possível.

O estudo de Oliveira também aponta algumas das possíveis causas para o florescimento e o desenvolvimento de pesquisas na área no Brasil, dentre os quais caberia ressaltar:

- . o aparecimento e consolidação dos cursos de pós-graduação
- . amadurecimento provocado pelos novos doutores
- . formação de massa crítica
- . maior investimento em pesquisa
- . maior rigor do CNPq no julgamento dos processos
- . o aparato das tecnologias emergentes
- . consolidação das linhas de pesquisa de pós-graduação

Já nas conclusões, Oliveira registra que a criação da Ancib é percebida pelos pesquisadores como um fator favorável ao desenvolvimento da pesquisa no país.

As duas causas de problemas detectados pelos próprios pesquisadores seriam:

- a) as linhas de pesquisas dos cursos de pós-graduação não estão consolidadas e os alunos impõem seus temas de pesquisas;
- b) os cursos ainda não substanciaram um trabalho realmente em torno das linhas de pesquisa (Oliveira, 1998, p. 14), ou seja, a pesquisa ainda não é uma prática institucionalizada.

Outra crítica que aparece dos testemunhos é aquela que diz respeito ao "modismo", a tendência de nosso engajamento com as novidades produzidas nos países centrais que se impõem sem um relacionamento adequado com as nossas realidades.

Outra refere-se ao fato da predominância da pesquisa individual, questão que só recentemente vem sendo reorientada a partir das novas políticas de fomento ao desenvolvimento científico das agências governamentais que passaram a financiar pesquisas não só de grupos mas também interdisciplinares e transinstitucionais.

Coincide com algumas posições de Oliveira a análise dos temas do Encontro Nacional da Ancib de 1997 e do Encontro de 2000 em Brasília que no quadro abaixo comparamos com 108 artigos publicados na Revista Ciência da Informação entre 1997 e 2000. Os núcleos de pesquisa formam divididos 4 grandes grupos :

Quadro 1 - Núcleos de pesquisa em Ciência da Informação

GRUPOS	ENANCIB 1997 nº de pesq.	Ciência Informação artigos 1997/2000	ENANCIB 2000 BRASÍLIA
Informação e Contexto	27%	19%	17%
Organização informação	24%	27%	36%
Informação Tecnológica	22%	17%	23%
Novas tecnologias de informação e Comunicação	6%	27%	19%
Aspectos Teóricos da Ciência da Informação	3%	5%	5%
Outros	8%	6%	-

O resultado dos dados parece indicar que a área desde 1997 orienta sua pesquisa para o estudo das práticas de informação em diferentes contextos (tipo, informação e educação, informação e saúde, informação para o terceiro setor), tema que vem perdendo importância comparativa; para as suas questões internas de gerenciamento e controle da informação inclusive a formação de seu profissional, e para recolher as benesses da pesquisa aplicada de curto prazo e direcionada para a indústria empresas e negócios.

Em 1997 surpreendeu-nos o fato das pesquisas voltadas para as tecnologias intensas de informação e comunicação terem uma baixa atenção no Enancib do Rio de Janeiro. Os artigos da revista Ciência da Informação mostram, contudo, que embora a área não pesquise em novas tecnologias reflete bastante sobre a sua importância. Na Enancib de 2000 este tema mostra crescimento considerável.

Uma questão que os autores do presente trabalho gostariam de frisar e assumir é o próprio processo de financiamento à pesquisa no Brasil. Como foi descrito por Suzana Mueller (1977), o processo decisório da concessão do financiamento à pesquisa é dos mais democráticos em termos formais mas nem por isso infenso a favoritismos e a orientações autoritárias, nem tanto pelas instâncias de consultas à comunidade que são em princípio consensuais e descentralizadas mas nas fases anteriores (que distribuem recursos por áreas, aí com a anuência dos representantes de áreas) e nas posteriores em que o quadro é fechado em níveis hierárquicos mais altos. No caso da distribuição de recursos é possível detectar a preferência por determinadas áreas em virtude da força de lobby de seus representantes nas comissões como também na própria cúpula administrativa das agências de fomento embora seja justo reconhecer que a nossa área seja pequena e de pouca pressão no referido lobby.

Dados Retirados do site do CNPq/ Ministério da Ciência e Tecnologia mostram a baixa importância do apoio a pesquisa em Ciência da Informação :

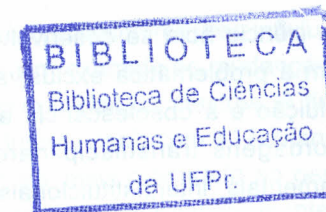
Quadro 2 - Apoio à pesquisa MCT/CNPq (em 1000 Reais)

ANOS	Total do Programa Avanço do Conhecimento para todas as áreas	Total para Ciências Sociais Aplicadas	Total para Ciência da Informação
95	27.000	1.062	45
96	35.000	1.650	70
97	30.000	902	66
98	12.000	870	42

Note-se que estes dados são unicamente os destinados ao Apoio à Pesquisa na modalidade "Balcão", isto é, disponível ao pesquisador que submete um projeto de pesquisa ao CNPq.

Dentro do Programa de Auxílio a Pesquisa e Formação de Recursos Humanos, do CNPq a Ciência da Informação estava incluída no Programa Básico de Informação. O Decreto 3567 de 18/08/2000 estabelece novo Regimento para o CNPq e modifica suas áreas de fomento horizontais e instrumentais que serão as de :

- Engenharia,
- Capacitação Tecnológica
- Ciências Humanas e Sociais
- Ciências Exatas
- Sociedade da Informação



O atual modelo de fomento à pesquisa foi uma conquista da comunidade científica que garantiu uma participação efetiva em todos as instâncias do processo de formulação de políticas até as decisões finais quanto à partilha e repartição dos recursos. Considera-se isso um autêntico direito adquirido e emblemático porquanto foi conquistado em pleno regime autoritário que nesse particular teve visão e permitiu tal nível de participação apesar das possíveis falhas e desvios que, por força de nossas contradições de interesses de áreas de atuação e de regionalização, possam suscitar. Mas também há uma percepção crescente no sentido de reconhecer que a universidade, no momento em que pleiteia a regulamentação definitiva de sua autonomia, requer a adoção de recursos institucionais para a pesquisa que permitam inseri-la de forma mais efetiva na problematização e solução de problemas de sua área temática ou regional de atuação.

No momento, o cenário que se descortina com a implantação de uma mais ampla autonomia universitária, o financiamamento deveria, no nosso juízo, seguir duas diretrizes:

- a) da descentralização financeira: os recursos para a pesquisa seriam distribuídos às universidades e centros de pesquisa que, segundo políticas próprias (ligadas à sua vocação regional e institucional) fariam a distribuição aos seus grupos de pesquisa;
- b) da centralização financeira: apenas para os grandes projetos estratégicos emergentes, por períodos determinados, até que pudessem ser absorvidos e continuados pelas instituições com seus próprios recursos.

Isso porque hoje as nossas universidades não têm recursos próprios para investir nas suas pesquisas e as atividades de pesquisas que se desenvolvem nas universidades são financiados por organizações externas, nem sempre com sua participação efetiva, sem fazerem parte de um planejamento institucional estratégico global. Em conseqüência, a pesquisa que hoje se desenvolve nas universidades além de ser ativada de fora para dentro, é extremamente fragmentada, dificultando as cooperações interdisciplinares e interdepartamentais em torno de questões mais amplas, ainda que as próprias agências governamentais comecem a estimular tais ações cooperativas e grupais.

A nova ciência hoje se desenvolve em torno da solução de problemas que transcendem a problemática exclusiva das diversas áreas do conhecimento. A fome, a poluição e a obsolescência acelerada do conhecimento são exemplos dessas abordagens transdisciplinares que exigem estratégias de pesquisa interdepartamentais, interinstitucionais e até internacionais, como já é possível em virtude das novas metodologias e tecnologias disponíveis.

2.2 OS PESQUISADORES

A já mencionada edição especial da revista *Ciência da Informação* inclui uma comunicação de Gilda Olinto do Vale Silva, sobre o perfil dos mestres formados pelo IBICT nos seus primeiros anos de existência. Naquele período, a pesquisa era exercida fundamentalmente pelos mestres embora uma elite de doutores já atuasse como orientadores e líderes de pesquisa, enquanto que hoje, aos 30 anos de CI no Brasil, os doutores assumem uma parcela maior de responsabilidade, cristalizando uma tendência mais afim com os padrões internacionais.

Segundo Olinto (1995, p. 143), os mestrados oriundos da Biblioteconomia eram 149, constituindo 73,0 % do universo, o que explica a combinação sem conflitos que existe entre a biblioteconomia e a ciência da informação no Brasil, porquanto esses mestres exercem atividades docentes nos cursos da área e em postos-chaves nas bibliotecas e sistemas de informação. Essa elite de mestres com formação em biblioteconomia (que começa a crescer também com os egressos de arquivologia) também poderia explicar a pragmaticidade e a presença de temas próprios nas atividades de pesquisa em CI entre nós, no referido período.

Mas Olinto também demonstra que esse é um quadro em mutação onde, a cada período, o percentual de bibliotecários vem diminuindo: de 90,9% entre 70-74, caiu para 43,5% entre 90-94. Um estudo no ano 2000 provavelmente revelaria um percentual ainda menor, confirmando a tendência decrescente.

No caso específico da Universidade de Brasília, na seleção para o mestrado efetuado em 1999, dos 13 aprovados, 8 eram engenheiros e analistas de sistemas, 5 das Ciências Humanas e Sociais, incluindo neste último grupo um único bibliotecário. No caso do doutorado, o quadro foi diferente: um engenheiro, dois bibliotecários e mais 2 das Ciências Humanas. Não se trata de um caso isolado pois essa tem sido a situação não só nas mais recentes seleções como entre os alunos em caráter especial.

Outra constatação importante de Olinto foi o crescimento dos bacharéis em Ciências Humanas e Sociais: eram apenas 3,6% entre 70-74 e passaram para 39,1% entre 90-94, enquanto que as Ciências Exatas e Tecnologia cresceram de 5,5%

para 17,4%. Obviamente que esta mudança de perfil dos mestres influenciou na escolha de temas e de metodologias nas pesquisas. Um exemplo de mudança aparece na tabela referente às linhas de pesquisa em que atuam os mestres. A linha favorita no período 70-74 era "Estrutura e Fluxo da Informação", com 41,8% enquanto que a linha "Informação e Sociedade" passou a ser mais procurada no período 90-94 por 43,5% dos mestres. A linha "Processamento de Informação" manteve-se mais ao menos estável em todo o período estudado, de 27,3 % a 26,1%, com um pico inexplicado de 50,0% entre 80-84.

O estudo de Oliveira (1998, p. 104) apresenta o perfil dos pesquisadores que recebiam financiamento do CNPq, perfazendo um total de 117, sendo 39 doutores, 61 mestres e 17 beneficiários apenas com curso de graduação. Dos 39 doutores, 25 estavam vinculados aos cursos de pós-graduação. Os 14 restantes dividiam-se em dois grupos a saber, um proveniente da área (entendida aqui como Ciência da Informação e Biblioteconomia) e o outro com formação em filosofia, museologia e ciências agrárias mas não indica os percentuais.

É importante frisar que, ao mesmo tempo em que as agências de fomento exigem a liderança de doutores nas equipes de pesquisa, fomentam e garantem a participação de mestres, de graduados e até – o que se constitui numa prática mais equilibrada e de efeito multiplicador – a presença de alunos de graduação na condição da iniciação científica.

Os dados que nós dispomos sobre o perfil de nossos pesquisadores são ainda incipientes e não permitem análises mais esclarecedoras. No entanto, é sabido que existem estudos em andamento e é possível, mesmo durante o presente IV ENANCIB, já dispormos de outras informações que ampliem e esclareçam a situação. É óbvia a correlação necessária entre o tipo e o tema das pesquisas com o tipo e a formação dos pesquisadores e sua vinculação funcional, questão que merece maior aprofundamento.

3 PERSPECTIVAS

Fernandes (1993) considera a ciência da informação com a dualidade teórico-prática no sentido de surgir de uma atividade prática – da análise dos fenômenos da produção e da comunicação científica e, de volta, que os estudos teóricos visam também melhorar a estruturação e a performance dos sistemas, serviços de informação. Estaríamos diante de uma verdadeira "ciência nova", pós-moderna, de natureza tanto interdisciplinar quanto numa relação de "conjecturas e refutações" no sentido

popperiano do termo. A cada teorização resultante da observação dos fenômenos - as propostas "leis bibliométricas" da fase inicial da bibliometria assim como a dos padrões de inspiração mais pragmática dos últimos tempos - segue uma problematização nova e a sua refutação e transformação (ou reproblemática).

Independentemente das definições a que chegemos, a prática da pesquisa entre nós estará na dependência de sua infra-estrutura que, é óbvio, também é estruturante de sua performance. As injunções conjunturais são também consideráveis no desenvolvimento de uma prática de pesquisa em qualquer área e a Ciência da Informação, fazendo parte de uma cultura determinada, reflete sua realidade sócio-ambiental, seu sistema de valores, é influenciada pelas políticas mais gerais que regem a pesquisa científica do país como um todo embora seja possível reconhecer alguns alheamentos e até mesmo alienações ou, em sentido mais positivo, rompimento de padrões e abertura de novas e mais autônomas linhas de ação por força de suas lideranças individuais e institucionais..

3.1 FATORES DE MUDANÇA

Pode-se sustentar, ainda que intuitivamente, a existência de alguns fatores de mudança convergindo para novos cenários de formação profissional e de direcionamento da pesquisa em CI no Brasil, sujeitos a melhor análise e discussão:

a) o surgimento de mestrados profissionais, incentivados pelo governo, deverá acelerar a mudança de perfil dos mestrados do país, atraindo candidatos com menos interesse pelas temáticas mais acadêmicas e, em oposição, mais interessados na solução de problemas de suas instituições de origem. Modelagem de sistemas, produtos e serviços, avanços em testes e certificações tecnológicas e nas metodologias de planejamento e avaliação de sistemas devem emergir, em consequência.

É possível que os cursos de PG das instituições federais sejam menos receptivos ao apelo do governo para a criação desses cursos porque dependem menos das cobranças de taxas e mensalidades. Essas características - a cobrança pelos créditos concedidos, o regime noturno das aulas e práticas e o relaxamento nas exigências de pesquisa - poderão constituir-se em atrativo para as instituições privadas embora muitas instituições governamentais comecem a ver nessa possibilidade uma oportunidade para melhorar sua infra-estrutura com os recursos extras.

É óbvio que o crescimento desse novo tipo de mestrado vai provocar mudanças em linhas de pesquisas e na produção científica dos cursos, até porque os professores doutores vão acomodar a sua atividade de pesquisa para atender a nova clientela em suas demandas.

b) a criação de cursos novos, de natureza mais interdisciplinar. Parece haver uma tendência no sentido da criação de novos programas de pós-graduação entre áreas afins, a exemplo do que está acontecendo no Rio Grande do Sul e na Bahia, Unesp de Marília, Londrina, Santa Catarina, com um conjunto híbrido de disciplinas cobrindo e combinando necessidades bem diferenciadas. Existe um segundo projeto na Bahia relacionando a Ciência da Informação com a área de Meio Ambiente e é presumível acreditar que associações com a área de informática, com educação, com administração e com muitas outras áreas aconteçam nos próximos anos.

Um fato novo a assinalar é que tais cursos que estão ou estarão surgindo já não fazem mais referência em sua denominação à Ciência da Informação mas ao objeto mesmo de seu interesse como sejam, por exemplo, gestão da informação, inteligência competitiva, etc. Com o advento do Programa SOCINFO e com a entrada da iniciativa privada, até mesmo fora da universidade, deverão surgir novos cursos relacionados com a tecnologia da informação e a gestão de conteúdos sem qualquer vínculo com nossa área e é possível que alguns desses cursos promovam linhas de pesquisas novas e independentes.

c) o surgimento da SOCINFO está colocando uma nova agenda para todas as áreas do conhecimento e, não seria diferente com a CI que vai ter de ajustar-se aos requerimentos de P&D do novo milênio. No IV ENANCIB já estaremos discutindo novas linhas de pesquisa para atrair os novos investimentos e os editais deverão influenciar a prática de pesquisa dos cursos de PG e das instituições não acadêmicas dispostas a empreender pesquisas no setor.

A própria Sociedade da Informação já está constituindo-se em tema da moda e muitos outros aspectos tecnológicos e de seu impacto social entrarão em pauta.

d) a questão metodológica deve crescer em importância por causa dos requerimentos das agências financiadoras. A diversidade de "materiais e métodos" deverá ampliar-se em virtude da atual tendência por maior interdisciplinaridade e a diversidade de cada vez maior das áreas de formação dos pesquisadores orientarão temáticas e metodologias cada vez mais ecléticas e híbridas.

Em outro trabalho do presente evento estaremos revelando as preferências metodológicas dos trabalhos apresentados no IV ENANCIB, de pesquisas realizadas no período 1998-2000 e em sessão especial os pesquisadores estarão fazendo uma análise da situação e projetando novos cenários.

e) as pesquisas mais teóricas e especulativas que pareceriam estar diminuindo em razão do avanço da pesquisa mais empírica e/ou pragmática, paradoxalmente, deve também crescer. Nem tanto em quantidade mas em profundidade por causa da

emergência de questões relacionadas com os próprios fundamentos da CI, por causa do amadurecimento do setor de pesquisas nestes 30 anos assim também devido aos questionamentos relacionados com a globalização, com os fundamentos da Sociedade da Informação ou do Conhecimento. Tal vez por causa do fato, já demonstrado por Popper (p.26) “de que sem teoria, jamais nos seria dado observar”. Questões epistemológicas básicas estão sendo propostas, incluindo indagações relativas ao impacto e à exclusão social que animam os debates na virada do século pelo direito à informação. A principal razão desde “crescimento relativo” estaria na consolidação de cursos em nível de doutorado – que exigem definições desse nível nas suas formulações investigativas. Um último fator estaria na iminente e urgente oferta de programas de pós-doutoramento em Ciência da Informação no Brasil.

4 CONCLUSÃO

Na primeira fase de seu desenvolvimento no Brasil, a pesquisa em CI estava empenhada na solução de problemas da indústria da informação emergente causados pela explosão da informação e, conseqüentemente, com o fenômeno do conhecimento registrado. A CI ocupava-se preferencialmente com os problemas relacionados com o chamado “Mundo 3” de Karl Popper, focalizando sobretudo a produção científica, os produtores e usuários, ou seja, o chamado ciclo informativo, os estoques informacionais resultantes e suas interrelações com outras disciplinas. Era a época das “leis”, desde os pioneiros Lotka, Zipt e Bradford até as “leis” da produção científica de Mikhailov & Giljarevsky.

A proliferação de bases de dados, inclusive as textuais, o surgimento de bibliotecas virtuais, o avanço na aplicação da inteligência artificial e o surgimento de sistemas especialistas e dos simuladores, a pesquisa parece estar fluindo para questões mais relacionados com as tecnologias, com a interatividade, a ergonomia, interconectividade, cooperativismo, com a seleção automática e a filtragem de dados. Questões tão recorrentes como “centralização x descentralização”, “linguagens naturais x linguagens artificiais”, “disponibilidade x acessibilidade”, “estoques reais x estoques virtuais” e tantos outros estão sendo superados dando lugar a novas indagações concernentes aos novos comportamentos “tribais” de comunidades (já não apenas científicas) de usuários, aos metadados, a apontadores em buscas em vocabulários sem controle prévio. Holismo, teoria do caos, mutlidisciplinariedade, técnica fuzzy, privacidade, direitos autorais na Internet, são temas que trafegam por todas as áreas e passam também pela CI com maior frequência.

Os temas de pesquisa agora não se restringem mais à informação científica mas a todo e qualquer tipo de informação - que é o mesmo problema, com diferentes abordagens, para todas as demais áreas do conhecimento. Daí porque hoje os limites da pesquisa na área apresentam-se tão elásticos, tão indefinidos, causando tanta perplexidade e até angústia, numa significativa crise de identidade. Mas esta é a situação também de todas as demais áreas do conhecimento, das mais antigas às mais recentes – e quanto mais antiga talvez com maior perturbação, mas essa crise parece ser a essência mesma da ciência nova que estamos vivenciando.

O mais alentador de todo esse processo de mudança – para não chamá-lo de evolutivo – é que as novas tecnologias estão mudando os paradigmas da ciência como um todo, aproximando as áreas do conhecimento, transferindo a experiência de umas áreas supostamente mais “avançadas” para outras em estágio menos expressivo e promovendo uma racionalização e sistematização global de todo o processo investigativo. A dicotomia entre “teórico” e “prático” começa a perder sentido numa prática científica em que não é mais possível e nem faz mais sentido diferenciar pois elas só funcionam conjuntamente. Como bem alertou o sempre citável Karl Popper: “só à luz da experiência podemos decidir sobre a verdade ou falsidade de uma teoria científica” (p. 38). Pode-se afirmar, em conclusão, que a CI, como todas as demais áreas do conhecimento, estão na dependência do aperfeiçoamento de instrumentos e programas cada vez mais sofisticados, independentemente da área do conhecimento em que forem desenvolvidos, para garantir seu aperfeiçoamento contínuo.

A CI da informação faz parte de um campo científico de tipo novo, que participa do mundo físico e metafísico mas que formula seus problemas no universo da representação do conhecimento dos três mundos popperianos – incluindo o próprio mundo do conhecimento registrado. É um campo muito vasto para a especulação científica e a CI tem um espaço próprio a ocupar no estudo desses fenômenos. Sem dogmatismo. Porque “sem a livre concorrência de pensamentos não pode haver desenvolvimento científico (...) E sem liberdade de pensamento não pode haver uma livre concorrência de pensamentos científicos” (POPPER, p. 48). Nessa perspectiva, a Ciência da Informação tem um papel a cumprir e a pesquisa deve desvendar progressivamente os caminhos que deveremos trilhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNPq. *Ação programa em Ciência da Informação –29 – Informação em Ciência e Tecnologia*. Brasília: IBICT, 1984. 69 p.

CNPq. *Avaliação e Perspectivas 78*. V.8 – Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Coordenação Editorial, 1980. 168 p.

CNPq. *Avaliação e Perspectivas 82*. V. 7 – Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Coordenação Editorial, 1983. 124 p.

CNPq. <http://www.cnpq.br/>, Capes. <http://www.capes.gov.br/> - *Avaliação Continuada* – Documento da Área

INGWERSEN, P. Conceptions of Information Science. IN: VAKKARI, P.; CRONIN, B. ed. *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and Theoretical perspectives*. Proceedings of the International Conference for the Celebration of the 20th anniversary of the Department of Information Science, University of Temepre, Finland 6-28, 1991. Los Angeles: taylor Graham, 1992. P. 286-297.

MUELLER, Suzana P. M. A pesquisa em ciência da informação no contexto das ciências Sociais. *Anais da ANCIB*. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 1997.

OLIVEIRA, Marlene de. *A investigação científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq*. Brasília: CID/UnB, 1998. 201 p. (Tese de doutorado)

POPPER, Karl. *O racionalismo crítico na política*. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1994. 74 p.

UZZIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. A Bibliometria no Brasil. *Ciência da Informação*, 13 (2): 91-105, jul./dez. 1984.

Antonio Lisboa Carvalho de Miranda (UnB)

Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB).
cmiranda@unb.br

Aldo de Albuquerque Barreto (ANCIB/IBICT)

Pesquisador titular CNPq/IBICT. Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em ciência da Informação
aldoibct@ax.apc.org

